



*Ribeiro*

*Artur*  
*ND*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 6/2021

### Sessão Extraordinária

Sessão realizada no dia 22 de novembro de 2021, no centro de artes do Município de Sines

#### Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS)-----

1ª Secretária: Nádia Andreia Pacheco Vilhena (PS) -----

2º Secretário: Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Ricardo Ferreira de Brito (PS) -----

Rui Filipe da Silva Encarnação (PS) -----

Amélia João Chamorro Nunes (PS), substituída por Edgar Filipe de Jesus Almeida -----

José da Silva Raposo (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Manuel António de Campos Botelho da Lança (MAISines) -----

Paula Schneider Silveira (MAISines) -----

Paulo César Lála de Freitas (MAISines) -----

João Gonçalo Barata Loureiro Cruz (MAISines) -----

Fátima Isabel Gomes Cardoso (MAISines) -----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAISines) -----

André Manuel Sobral Louzeiro (CDU)-----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Andreia Soraia dos Santos Queijo (CDU) -----

Gustavo Nuno Simões Raposo de Carvalho (CDU)-----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) -----



R. M. M.

Opticus

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

**Presenças da Câmara Municipal de Sines:** -----

**Presidente:** Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

**Vereador:** Fernando Miguel Ramos -----

**Vereador:** José Manuel Guerreiro Arsénio -----

**Vereadora:** Filipa Marta Torres Faria -----

**Vereador:** Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----

**Vereador:** Jaime António Pereira Pires de Cáceres -----

**Ausências da Câmara Municipal de Sines:** -----

**Vereador:** António Luís Barreiros da Silva Braz -----

Eram vinte e uma horas e dezasseis minutos quando o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão extraordinária de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um. -----

**A - Intervenção do público** -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, perguntou aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

O munícipe **António Braz**, que o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informou estar hoje nesta sessão como elemento do público e que, portanto, não está a representar o executivo, diz que quer “felicitar todos os eleitos, particularmente aqueles que o foram pela primeira vez, e o Partido Socialista pela maioria clara e esclarecedora que alcançou. A responsabilidade de um autarca é sempre idêntica, independente do tamanho da sua maioria alcançada, a responsabilidade é sempre de cem por cento. -----

Apesar da maioria dos votos, menos de três em cada dez sineenses votaram em quem ganhou, e essa sim é a grande responsabilidade do Partido Socialista e de todas as forças políticas, tudo fazer para reduzir a abstenção, e muito desse trabalho começa aqui na Assembleia Municipal. Não gosto de maiorias, temo as maiorias, mostra-nos a história, e esquecer a história é repetir os seus erros, como as recentes maiorias do governo de Cavaco Silva e José Sócrates e as mais distantes do Estado Novo e de Américo Tomás, representaram um afrouxamento de quem



*Admuni*

*Epitios*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

governa, uma sensação de poder absoluto com a conseqüente arrogância” ... -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, interveio para explicar ao cidadão que “o público não vem para a Assembleia fazer declarações ou dissertações desconexas com a função de uso da palavra pelos munícipes. Peço-lhe desculpa, mas se tiver alguma questão a colocar em termos de interesse da autarquia, ou dúvidas, ou pedidos de esclarecimento ao executivo, deve apresentá-las. -----

O munícipe **António Brás**, afirma que vai encerrar a sua intervenção, para dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines que “esta declaração que está aqui, ou esta tentativa de intervenção, é rigorosamente a mesma que eu tentei fazer há quatro anos e fui interrompido, porque disseram que a Assembleia Municipal não era para fazer política. Infelizmente verifico que nada se alterou”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explicou ao munícipe que “na Assembleia Municipal faz-se política no âmbito do que está definido por lei e pelo regimento e, portanto, quem quiser fazer política no sentido de constatar, ou perguntar, ou pedir esclarecimentos nesta Assembleia como público, pode-o fazer. Nessa matéria é evidente que o público não se deve fazer declarações desse tipo, porque podíamos ter aqui toda a gente a fazer declarações que não têm nada a ver com a sessão e com os pontos da ordem de trabalhos da convocatória”. -----

O munícipe **Renato Penas** diz que quer felicitar os novos eleitos, quer da Câmara, quer da Assembleia, em especial os mais jovens, desejar um bom trabalho a todos, acredito mais nuns do que noutros, por isso é que estamos em democracia, mas desejo um bom trabalho a todos sem exceção e que sejam interventivos, que as comissões trabalhem durante estes próximos quatro anos e é mesmo só isto, votos de bom trabalho a todos, que seja a casa da democracia, da discussão em prol dos Sineenses e que todos façam o seu melhor para nos orgulharmos de vos termos elegido”. -----

O munícipe **Daniel Pereira** diz que a pergunta que vem “colocar é em relação ao “Skate Parque”, de que já se houve falar há quase um ano, para os jovens. Queria saber qual é que era o ponto de situação”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. -----

“Relativamente à questão colocada pelo senhor **Daniel Pereira**, em relação ao “Skate Parque”,



*Idalino Sabido José*  
*Exp. 10*  
*Exp. 10*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

a obra foi adjudicada, estamos neste momento a ter algumas reuniões com a segurança social no sentido de encontrar uma solução para minimizar os impactos que o “Skate Parque” teria na envolvente, uma vez que requer uma maior intervenção na área envolvente e, como tal, julgamos que após estas reuniões a obra estará em condições de ser consignada e de se iniciar. Portanto, espero que o mais brevemente possível a obra se inicie”.-----

### **B - Assuntos da ordem do dia**-----

#### **Ponto 1: Apreciação e votação da ata da reunião da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 20-09-2021.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se algum deputado quer colocar alguma questão sobre a ata da Assembleia de 20-09-2021. Depois dá a palavra aos mesmos.-----

A deputada **Ana Isa Correia**, refere que a sua “questão não é sobre o conteúdo. Era só uma dúvida que nós temos, se a votação contempla todos os que estão presentes hoje, ou apenas os que estiveram presentes nessa Assembleia, visto que acho que não faz sentido as pessoas que não estiveram presentes votarem”.-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “na verdade, só quem esteve presente nesta sessão anterior é que está em condições de a votar e também de intervir, evidentemente se sentir que há necessidade disso.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a ata à votação, a qual foi aprovada por unanimidade, com 7 votos a favor do PS e 1 voto a favor da CDU.-----

#### **Ponto 2: Apreciação e votação do projeto de regimento da Assembleia Municipal de Sines, para o mandato 2021/2025.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informou que “se procedeu a uma reunião da comissão permanente, constituída na altura pelos cabeças de lista das forças políticas eleitas e pela mesa da Assembleia. Foi feita uma primeira apreciação conjunta, em que transmitimos quais as alterações que iriam constar no regimento, pequenas alterações para se ajustar à legislação em vigor, mas a estrutura do regimento manter-se-ia. Os senhores deputados receberam a proposta de regimento e se houver alguma questão a colocar, façam favor”.-----

O deputado **André Louzeiro** diz que “em relação ao ponto dois, congratulam-se e saúdam o



Adm: d  
ofertius

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

facto de terem tido a oportunidade de participar na reunião preparatória da comissão permanente, onde foi discutida a estrutura do regimento e de todos os seus pontos. -----

Saudamos igualmente o facto desta aprovação do regimento e a apreciação ter em linha de conta aquilo que é o regime jurídico enquadrado pela lei 75/2013. No entanto, e tal como referimos na reunião preparatória e sugerimos relativamente ao artigo 18, de que o período de apreciação e análise da documentação, bem como a disponibilização dos documentos relativos a cada ponto da ordem do dia da respetiva Assembleia, deveria ser alargado face àquilo que está previsto na lei, ou seja, o regimento contempla aquilo que está previsto na lei, tudo bem, mas em nossa opinião, de modo a termos oportunidade de realizar um trabalho com maior qualidade, sobretudo a nível da oposição, o prazo mais alargado de dois para cinco ou três dias, tal como foi colocado em cima da mesa, seria benéfico para todas as partes. -----

Entendemos que a vossa postura foi discutida com certeza de forma coletiva, entendemos que o respeito por aquilo que está enquadrado em termos de regime jurídico é aceitável. No entanto, para nós seria muito melhor, para realizarmos mais uma vez um trabalho de qualidade, ter um prazo um bocadinho mais alargado. Três dias, era alargar de dois para três, nada de extraordinário e pensamos que tal seria benéfico para todos”. -----

O deputado **Manuel Lança** explica que “funciona pela mesma solução, e isso foi discutido nessa sessão preparatória, de forma que eu fazia o seguinte apelo, que este prazo fosse realmente alargado. Eu lembro-me que na altura, até foi o deputado **André Louzeiro** que falou nisso, que o pessoal que trabalha por turnos, que tem outros afazeres, precisaria de maior quantidade de dias e parece-me que de dois para três dias seria razoável, se calhar nalguns casos até não será suficiente, mas de qualquer maneira, eu propunha também que isso fosse considerado e fosse retificado”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, reconhece “que há necessidade de fazer aqui um esclarecimento, e também fazer sentir qual é a posição da mesa nessa matéria. -----

Em primeiro lugar, esta questão foi levantada, foi discutida, eu próprio transmiti a minha adesão à proposta de passarmos para três dias e assumo aqui essa minha posição porque também já estive nesse lado, na oposição durante umas décadas, e reconheço que dois dias úteis são muito exíguos para preparar e fundamentalmente para quem está em turnos. É evidente que da análise coletiva que fizemos, considerámos que o texto da lei deveria ser aqui considerado, sem



*Edalino Sabido José*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

prejuízo de tudo fazermos para que os senhores deputados recebam efetivamente a documentação, pelo menos garantidamente a três dias e se possível a mais. Eu digo isto porquê? Porque a lei cria um limite e se nós, por qualquer razão, em termos administrativos falhássemos esses três dias, estávamos a cumprir a lei, mas estávamos em incumprimento perante o regimento. Havia aqui uma contradição! Ora, não há necessidade de haver essas contradições! O que é necessário é haver um empenhamento da mesa e de mim próprio para, sempre que possível, tudo fazer para que recebam efetivamente a documentação no período de tempo mais alongado do que os dois dias úteis. Peço para compreenderem esta questão de incoerência entre a lei e aquilo que estaria no regimento, por incumprimento deste, cumprindo a lei. Havia aqui uma incoerência, uma contradição que assim fica sanada, sem prejuízo de a mesa estar empenhada a concretizar esse objetivo dos três dias, no mínimo”. -----

O deputado **Manuel Lança** diz que “eu de facto admiro-me um bocado que estas situações se venham a passar, porque realmente isto depende de uma série de fatores. Quer dizer se as coisas chegam às mãos dos membros da Assembleia durante os três dias, de acordo com o seu compromisso, no fundo é o seu compromisso e eu espero e acredito que o seu compromisso vá ser cumprido. Por outro lado, também naquela reunião preparatória falámos numa coisa que me parece que é muito simples e que parece que é simples em várias outras câmaras, aqui é que ainda temos este problema da transmissão das sessões da Assembleia via internet, ou seja, deveriam ser criadas as condições para que isso aconteça, e ainda por cima numa altura de pandemia, eu não sei até que ponto é que isto vai durar, mas parece que se vai ainda agravar, às tantas o público que está aqui, se calhar não pode vir cá. Haverá os meios já na Câmara e no sítio próprio da Assembleia para transmissão das sessões? Aqui parecia-me que poderia haver um ganho para a democracia, é uma forma de que as pessoas intervenham mais na política, que tenham mais conhecimento e inclusivamente que possam até a partir de casa fazer perguntas à Assembleia. Eu acho que isso era um ganho e nós tudo faremos para que aqui nesta Assembleia isso se consiga”. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, esclarece que “sobre a primeira questão dos três dias, esse compromisso está assumido por mim, porque estou convicto que é possível concretizar. -----

Relativamente à questão da transmissão online das sessões, também me parece ser de todo o interesse para todos nós, munícipes, senhores deputados e executivo. Eu penso que ainda não



*Almeida*  
*18*  
*Opertius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

estão criadas as condições, mas eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara se quer intervir neste ponto e se tem alguma perspetiva de no futuro próximo termos condições para essas transmissões online”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, esclarece que “essa questão tem sido colocada por várias forças políticas, inclusive nós, o Partido Socialista, no programa eleitoral comprometeu-se a tomar as devidas medidas para que isso seja possível. Como sabem, esta sala não é propriamente a melhor para conseguir transmitir uma Assembleia Municipal, obrigando à instalação de várias câmaras para permitir focar cada um dos intervenientes. Estamos a preparar as coisas para que na sala de sessões da Câmara isso seja possível, uma vez que é necessário adquirir microfones que captem com qualidade o som da sala - o público, os deputados e os munícipes quando da sua intervenção. Portanto, estão a ser criadas condições, e logo que estas condições existam, obviamente que vamos poder transmitir as sessões da Assembleia Municipal, assim como as sessões públicas da Câmara Municipal”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, sobre este assunto referiu que quando estiverem criadas as condições para a transmissão online, proporá também algumas alterações ao regimento.”. -----

O deputado **André Louzeiro** diz que “até por uma questão de esclarecimento público, gostava de testemunhar que as palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal são verdade. Esse compromisso dos três dias foi assumido, inclusive, posteriormente a essa reunião preparatória, de forma telefónica diretamente para a minha pessoa, isto é verdade. No entanto, não vai ficar escrito e também aceito que de facto vocês queiram uma coerência entre aquilo que está escrito na lei. No entanto, nós também seremos coerentes com o número de eleitos que temos, com os compromissos que assumimos com o nosso eleitorado e com o facto de querermos prestar um bom trabalho e, assumindo esse compromisso, a nossa intensão de voto será votar contra, no sentido de termos também uma justificação para no caso de não conseguirmos prestar um melhor serviço a quem confiou o seu voto relativamente aos dois dias que teremos para preparar cada Assembleia”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 5 votos contra do MAISines, 4 votos contra da CDU e 1 voto de abstenção do MAISines. -----



*R. M. J.*  
*19*  
*Of. Sines*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

**Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, relativa à declaração de interesse municipal da central solar fotovoltaica de Morgavel. --**

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta ao Presidente da Câmara Municipal de Sines se quer complementar algum esclarecimento relativamente aos documentos em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, explica que “relativamente a este ponto, “Declaração de Interesse Municipal”, isto decorre de uma decisão que a Câmara tomou em agosto, aprovada por unanimidade, de submeter à Assembleia Municipal este pedido de declaração. Trata-se de uma central fotovoltaica a instalar próximo da central termoelétrica. Este pedido decorre também das normas provisórias que a Câmara criou para instalação de centrais solares e parques fotovoltaicos, que obriga a ter esta declaração de interesse municipal, mas para além disso, vimos como sendo a primeira central solar a instalar no nosso concelho a ocupar cerca de cento e poucos hectares. Esta central terá uma potência de cerca de 49MW e equivale à energia que consumimos na cidade de Sines. Não é uma central que crie muitos postos de trabalho, aliás como todas as centrais, mas obviamente que tem interesse para o município, uma vez que tivemos e temos várias unidades de produção de energia. Queremos de facto que Sines seja um município a esse nível pioneiro, que possa ter várias centrais, mas estaremos também atentos, porque não queremos que isto prolifere por todo o concelho, pelo que vamos manter uma posição de controlo. Este é apenas um pequeno passo, obviamente que depois todos os projetos serão submetidos à Câmara e serão analisados, mas naturalmente que vimos com bons olhos a instalação desta central, a primeira central no nosso concelho e por isso está aqui hoje para que seja apreciada pelos senhores deputados”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** diz que “este é um tipo de projeto que nos interessa em Sines, um projeto que utiliza energia renovável, que é sempre positivo, mas que neste caso em concreto tem alguns pontos que nós achamos que devem ser mencionados, tendo sido este um projeto aceite por unanimidade no mandato anterior, onde o MAISines ainda não tinha representação, mas queríamos dizer o seguinte: -----

Em primeiro lugar, que não nos foi apresentado qualquer estudo económico que visasse quais são os benefícios a longo prazo para o município. Depois, dizer que apesar de ter sido afirmado que havia os pareceres tanto da “Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional”, como do “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas”, esses pareceres não chegaram





*Amor  
de  
Sines*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

até nós e, portanto, não temos informação sobre isso, e dizer que também não há qualquer indicação acerca da distribuição da energia produzida. Ora, quer isto dizer que apesar do município informar e estar no projeto que, em termos de sustentabilidade, o facto da central solar de Morgavel produzir mais do que a totalidade do consumo doméstico elétrico do município e mais de sete por cento se considerarmos o consumo industrial, eu acho que importa, e as pessoas querem saber, onde é que essa energia vai ser aplicada. Portanto, vai ser aplicada realmente para abastecer cem por cento do consumo doméstico do município ou vai ser aplicada nas indústrias? Também está no projeto que o município se tem assumido na frente da transição energética com relevantes projetos na área da digitalização e do hidrogénio, e a mim não me espantava nada que esta energia fosse aplicada na indústria do hidrogénio, porque quem conhece minimamente como é que funciona o hidrogénio, sabe que para produzir energia pelo hidrogénio temos uma reação muito simples, precisamos de água e precisamos de energia. Temos de passar uma corrente na água para separar o oxigénio do hidrogénio, e essa energia que é utilizada nessa passagem de corrente, tem de provir de energias limpas, energias verdes, para este projeto ser verde e ambientalmente sustentável. -----

Outra coisa que ainda gostaria de declarar é em relação exatamente aqui à declaração de interesse municipal. Como sabem, a declaração de interesse municipal permite que se apressem processos administrativos, mas isto é um conceito um bocadinho dúbio, penso eu, o que é que é o interesse municipal. Ora, eu tenho ideia de que para ser considerado interesse municipal tem de gerar emprego. Ora, o senhor Presidente da Câmara disse aqui que não vai gerar muito emprego e eu acho isto um bocadinho contraditório, porque se vamos ter numa fase de construção cerca de cem postos de trabalho gerados, o que até me parece razoável, mas durante a fase de operação de trinta anos, dois a seis postos de trabalho, que eventualmente podem ser subcontratados, eu acho que se calhar o executivo devia rever o que é que é considerado o interesse público”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. -----

“O senhor deputado referiu que esta central não terá grande relevância. Obviamente que tem, qualquer central solar que vá injetar energia na rede tem relevância, até porque como sabemos a central termoelétrica foi encerrada e o país e o mundo não podem viver de ses ou de fantasias. Portanto, nós temos que criar outras fontes de energia e, obviamente, tudo aquilo que seja



*Amun.*

*edestius*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

energia renovável é importante para o concelho, até porque estivemos na linha da frente da criação destas unidades, não apenas energia solar, como também eólica, aliás Sines teve o primeiro parque eólico de Portugal continental, uma boa decisão e tem mais parques eólicos. Portanto, a nossa aposta é que de facto venham mais unidades destas. -----

A questão do interesse municipal deve-se apenas a um ponto. Nós aprovámos, há relativamente pouco tempo, umas normas provisórias e essas normas provisórias tiveram como objetivo nesta primeira fase, antes de estar concluída a revisão do PDM, limitar o número de centrais solares a instalar no nosso concelho. Portanto, uma das obrigações era que tivesse esta declaração de interesse municipal, e por isso este promotor veio pedir esta declaração. Portanto, tem única e exclusivamente a ver com isto, não tem a ver com o facto de ser um grande investimento, ser um investimento PIN, de trazer milhões, não. Teve a ver apenas com o facto do executivo da Câmara Municipal, o anterior executivo, ter optado por limitar o número de centrais a instalar presentemente no concelho. O PDM, como eu disse, está em revisão e naturalmente durante essa revisão podemos alargar o âmbito. Neste momento não, é restrito apenas a um mapa indicativo as zonas onde podem ser construídas estas centrais. Portanto, basicamente é isto, a energia produzida por esta central será para injetar na rede e, obviamente, se for injetada na rede energia produzida a partir de fontes renováveis no nosso concelho, isso obviamente é importante e é de salutar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, refere que as normas provisórias que o senhor Presidente da Câmara referiu há pouco, quer para parques eólicos, quer para centrais fotovoltaicas, foram aprovadas na sessão da Assembleia Municipal de 20 de setembro de 2021, por proposta da Câmara Municipal. -----

O deputado **Gil Gonçalves** explica “que acha que essa central é importante e que faz falta. Eu se calhar expressei-me mal quando disse o que o senhor Presidente da Câmara disse que eu tinha dito. Eu gostaria era de perguntar se essa energia que o senhor Presidente da Câmara diz que vai ser injetada na rede, vai ou não realmente abastecer cem por cento do consumo doméstico do município, ou onde é que vai ser aplicada essa energia”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. -----

“Agradeço a questão, mas obviamente não lhe consigo responder a isso. Se a energia é injetada na rede, obviamente que irá para o abastecimento público. -----



*Amun*  
*NS*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A questão que eventualmente colocou há pouco que tem a ver com o hidrogénio, naturalmente que este projeto, a base do seu surgimento, não tem a ver com o hidrogénio, é muito anterior a se falar no hidrogénio. Agora o mais importante é que de facto é injetada na rede e essa energia é consumida pelos consumidores, naturalmente domésticos e também não domésticos. Portanto, não há garantias. O mais importante é que de facto ela é produzida aqui e se puder ser consumida aqui, o que eu duvido, na sua totalidade será quase impossível, obviamente será importante, mas ninguém pode dar essas garantias”. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a seguinte nota: “em função daquilo que é o consumo de energia do concelho de Sines e atendendo aos investimentos que estão previstos, que irão aumentar em muito esse consumo de energia, é evidente que muito dessa energia renovável, produzida no nosso concelho e nos concelhos limítrofes, será consumida no concelho de Sines e vai ser vital para o tipo de projetos que aqui se vão desenvolver”. -----

O deputado **João Cruz** diz que “de facto não tinha questão, tinha o assunto minimamente esclarecido, mas a intervenção do senhor Presidente da Câmara levantou uma questão e penso que isto é pertinente. Se eu bem entendi, o PDM vai limitar o número de centrais que vão existir, portanto vai haver o controlo, mas antes que esse assunto esteja arrematado e controlado, estamos a permitir que uma entidade que eu não sei quem é, já se vá manter, ou seja, durante o processo em que estamos a estruturar o nosso concelho e o nosso território para receber este tipo de tecnologia, nós já estamos a dar aqui um passo em diante, ou já estamos a permitir que alguém dê um passo em diante, estamos aqui a beneficiar alguém, estamos aqui todos de acordo com as leis da concorrência. Não sei se isto me parece muito bem e não podia deixar de passar este assunto nem estar presente na votação sem levantar esta questão e sem pedir ao senhor Presidente que esclarecesse um bocadinho melhor este assunto, por favor”. -----

O deputado **André Louzeiro** afirma que “em relação a este ponto não tinham nada para declarar, mas face àquilo que tem decorrido aqui, queríamos marcar aqui uma posição, no sentido de declarar que todos os investimentos que tenham potencial de utilização das infraestruturas existentes numa fase de transformação da economia e transformação energética serão benéficos. Todas aquelas que possam salvar postos de trabalho serão benéficos e essa é a nossa visão”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões



*Amir*  
*Opticus*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

colocadas pelo senhor deputado. -----

“Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado sobre a questão desta autorização vir a beneficiar alguém, eu penso que a melhor resposta é o senhor deputado ler as normas provisórias que foram aprovadas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, para perceber do que é que estamos a falar, uma vez que essas normas provisórias definem não só o mapa de todas as unidades que podem ser instaladas, como limita esse mesmo mapa, ou seja, o que é público, o que está publicado no site do município é um conjunto de normas que obriga os promotores a cumprirem essas normas e ao mesmo tempo só poderem construir dentro do mapa aprovado pela Câmara Municipal e por esta Assembleia Municipal. Portanto, são normas limitadoras da instalação. Naturalmente que em função dos investimentos que possam vir para o concelho, a Câmara em fase de aperfeiçoamento do PDM, em revisão do PDM, está também a estudar a possibilidade de alargar esse leque. Neste momento a área que temos é uma área muito restrita, limitada a umas centenas de hectares e estamos a analisar a possibilidade com os técnicos e também com os investimentos que nos últimos tempos têm surgido junto da Câmara Municipal de Sines, pelo menos a manifestação de interesse, de poder vir a alargar esse leque, ou essa área, para instalação de centrais eólicas e fotovoltaicas solares. Portanto, neste momento o que estamos aqui a falar é apenas de um investidor que foi um dos primeiros a apresentar um projeto que está dentro da legalidade, que cumpre com aquilo que o município assim exigiu e, como tal, é isto que está em causa e nada mais do que isto”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 4 votos a favor da CDU e 6 votos de abstenções do MAISines. -----

### **Ponto 4: Apreciação e votação da proposta de constituição de comissões especializadas da Assembleia Municipal de Sines.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem colocar alguma questão sobre este ponto. Depois dá a palavra aos mesmos. O deputado **Paulo Freitas** diz que “o grupo municipal do MAISines, dentro do âmbito deste ponto, vem propor a criação de uma comissão especializada dedicada ao acompanhamento das obras públicas do concelho, visto que é uma matéria sensível nos últimos mandatos, pois acreditamos que esta comissão irá proporcionar mais informação, tanto aos membros desta



*Paulo Freitas*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

assembleia, como também aos munícipes”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Idalino Sabido José**, pede ao deputado **Paulo Freitas**, do MAISines, para fazer chegar essa proposta à mesa. Depois, procede à leitura da seguinte proposta: -----

«Proposta do MAISines - Propõe o MAISines em relação à constituição de comissões especializadas, que seja criada uma comissão especializada dedicada ao acompanhamento de obras públicas do concelho. Acreditamos que esta medida é positiva, não só no acompanhamento e fiscalização das mesmas, mas também na obtenção de informação relevante sobre esta matéria. Sines, 21 de novembro de 2021, os eleitos do MAISines».

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se esta proposta deve ser aceite para discussão. -----

O deputado **Tiago Santos** diz que “em relação à proposta queria deixar duas notas: Primeiro, a proposta parece-me completamente fora de tempo. Aliás, acabámos há pouco de receber uma nota do próprio movimento, a dizer que dois dias para analisar um assunto era pouco tempo, e apresentou agora à mesa um assunto que teríamos que debater em cinco minutos. Fico aqui um bocado inconstante, dois dias não chegam, mas cinco minutos chega! -----

A segunda questão, que eu queria deixar aqui também bem claro, é que na proposta apresentada pela Mesa da Assembleia a “Comissão A” já contempla esta parte. Por isso, acho que não faz sentido estarmos a aprovar esta comissão e, como tal, proponho votarmos contra”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Idalino Sabido José** solicita que o senhor deputado **Paulo Freitas** faça a seguinte reflexão: “se nas nossas comissões especializadas este ponto está integrado numa dessas comissões, se faz sentido estar a criar especificamente mais comissões. É a questão que eu coloco”. -----

O deputado **Paulo Freitas** responde que “obviamente que não estava à espera de outra resposta. Sendo que esse ponto já estava incluído na outra comissão, obviamente que esse ponto seria retirado dessa comissão, para fazer outra à parte. -----

Em relação à questão dos tempos, é assim, eu acho que é uma proposta que não é descabida de todo e eu acho que é uma proposta que devia ser considerada. Acho que não tenho mais nada a dizer sobre o assunto”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que coloca a proposta à votação, para efeitos, se se justifica fazer a sua discussão ou não”. -----



*Am...  
Op...  
12/*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **André Louzeiro** explica que a sua intervenção neste ponto não tem nada que ver com a proposta já apresentada e que mantendo as temáticas que estão previstas para cada comissão, para as comissões A e B, gostaríamos de deixar à consideração a possibilidade de termos três comissões, com os mesmos temas, mas com uma distribuição diferente. É essa a nossa visão, no sentido de termos um leque mais alargado de participação, até mesmo dos eleitos da Assembleia Municipal, não extravasando os temas, mas distribuindo de outra forma os respetivos temas, em vez de A+B, termos A+B+C. Essa é a nossa proposta”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pede ao deputado **André Louzeiro** para apresentar a proposta à Mesa. Depois explica que “o que aqui refere, é que gostaríamos de considerar a criação de três comissões em vez de duas, com uma distribuição diferente. -----

O deputado **André Louzeiro**, acrescenta que querem “deixar a proposta à discussão. Porque as comissões, tendo em conta que serão compostas por membros de diversas forças políticas, gostaríamos de apelar a um consenso, no sentido dessa distribuição ser aprovada por unanimidade”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que fizeram a “apresentação de uma proposta, como têm conhecimento, das duas comissões e neste sentido, eu coloco à consideração dos senhores deputados a discussão, sobre se deverá ser ou não considerada. Em primeiro lugar vamos votar a proposta do MAISines, apresentada pelo senhor deputado **Paulo Freitas**. Os senhores deputados entenderam aquilo que foi referido, e eu coloco à votação se deve ou não ser feita a discussão desta proposta. -----

Após a votação da proposta apresentada pelo MAISines, verificou-se que a mesma foi rejeitada por maioria, pelo que não vai ser objeto de discussão pela Assembleia. -----

Temos agora uma proposta da CDU, apresentada pelo deputado **André Louzeiro**, sobre a criação de três comissões, em vez de duas, com uma disposição diferente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José** colocou a proposta da CDU à votação, a qual foi rejeitada por maioria, pelo que também não vai ser submetida à discussão da Assembleia. -----

Passamos então à proposta que foi apresentada pela “Mesa da Assembleia”. Sobre a proposta que foi colocada às forças políticas, temos a “**Comissão A**”, comissão especializada de administração, desenvolvimento económico, social e finanças. Esta comissão será constituída



*R. M. J.*  
*epitais*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

por sete membros, em proporcionalidade, sendo quatro do Partido Socialista, dois do MAISines e um da CDU. Esta comissão tem como temas, finanças locais, transportes e comunicações, emprego e formação profissional, higiene pública e cemitérios, administração municipal, associações de municípios, habitação, educação e ensino, cultura, desporto, juventude e tempos livres. -----

Temos seguidamente também a “**Comissão B**”, comissão especializada de assuntos sociais, segurança e ambiente, também ela constituída por sete membros da Assembleia, sendo quatro do PS, dois do MAISines e um da CDU. Os temas que constituem esta comissão especializada são o ambiente, a agricultura e pescas, indústria, comércio e turismo, ordenamento do território, infraestruturas e equipamentos, saúde e segurança social. -----

De referir que o grupo político coordenador será definido, se esta proposta for aprovada, nas reuniões das próprias comissões, e aí haverá condições para se tomar essa decisão. Alguma dúvida sobre a proposta que estava considerada? Se os senhores deputados quiserem intervir, façam favor”. -----

Sobre os nomes que vão constituir estas comissões, dado que também não solicitámos que fossem apresentados, eles ficam ao critério dos grupos municipais, que os deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa da Assembleia, se forem aprovadas as comissões, e então o próprio Presidente da Assembleia fará uma convocatória para a reunião das comissões e estará presente nessa primeira reunião, mas não integrando as comissões”. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 4 votos de abstenções da CDU. -----

### **Ponto 5: Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Sines que irão integrar a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, solicita aos líderes de bancada das forças políticas que façam chegar as listas de candidatura à Mesa da Assembleia, para efeitos de votação, se entenderem apresentar candidatura e acrescenta que, nos termos da lei, cada candidatura deve apresentar quatro membros para a votação.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informa que recebeu a lista do PS, designada por lista A, que recebeu a lista da CDU, designada por lista B e que recebeu a lista do MAISines, designada por lista C, e passou a proceder à leitura das listas.



*Artur*  
*Licínio*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Temos assim da parte do PS a lista A, composta por Idalino Sabido José, Nádía Andreia Pacheco Vilhena, Ricardo Ferreira de Brito e Sónia Margarida da Silva Santos. Da parte da CDU, designada por lista B, temos o André Louzeiro, Ana Isa Correia, Soraia Queijo e Gustavo Carvalho. Da parte do MAISines, designada por lista C, temos Manuel Lança, Paula Schneider, Paulo Freitas e Fátima Cardoso. Está feita a leitura das listas e eu peço à nossa secretária para preparar a votação, fazer a entrega do boletim de voto a cada membro da Assembleia, para proceder à votação. -----

Após a votação o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informa que entraram 21 votos na urna, correspondendo 11 votos à lista A, 6 votos à lista C e 4 votos à lista B. Portanto, pelo método de Hondt vamos definir os eleitos, pelo que solicito ao secretário da Assembleia que faça a leitura dos resultados”. -----

O 2º. Secretário da Assembleia Municipal de Sines, **Artur Licínio de Oliveira Martins**, passa a ler os resultados da votação: “Como resultado da votação e por aplicação de sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, foram eleitos para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMAL os seguintes membros: -----

- **1º. Idalino Sabido José**; -----
- **2º. Manuel Lança**; -----
- **3º. Nádía Andreia Pacheco Vilhena**; -----
- **4º André Louzeiro**; -----
- Como suplentes do PS foram eleitos **Ricardo Ferreira de Brito e Sónia Margarida Silva Santos**; -----
- Como suplentes do MAISines, **Paula Schneider e Paulo Freitas**; -----
- Como suplentes da CDU, **Ana Isa Correia e Soraia Queijo**”. -----

### **Ponto 6: Apreciação da recomendação nº. 2 de 2021, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, refere que o documento que a Mesa da Assembleia enviou a todos os deputados fundamenta o mandato desta comissão, que está em curso, nomeadamente dos elementos que foram nomeados pela Assembleia Municipal. Só para dizer que estes quatro elementos já tinham concluído um mandato e que foram reconduzidos em 28-06-2021, numa das sessões da Assembleia Municipal. Nessa data deu-se início a um segundo mandato de três anos. Portanto, do dia 28-06-2021 a três anos, a





*Amorim*  
*Artur*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Mesa da Assembleia poderá novamente pronunciar-se e nomear novos elementos para esta função, ou até renovar o mandato dos atuais, porque estes podem estar integrados nesta comissão durante três mandatos. Antes de passar a palavra ao senhor deputado **Manuel Lança**, referir que foram reconduzidas na sessão ordinária de 28-06-2021, por unanimidade desta Assembleia, as comissárias **Daniela Sofia Pacheco Vilhena Louzeiro, Maria Clementina Póvoas Fragoso Pereira, Lénia Maria Martinho Santos e Maria Deolinda Moura do Ó Lourenço**. Portanto, são estes quatro elementos que integram a comissão, em representação da Assembleia Municipal”. -----

O deputado **Manuel Lança** diz que “tinham já falado sobre isso e, portanto, esses nomes tinham que ser referidos, que é para se saber em quem é que estamos a votar agora”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informa que o ponto que estão a apreciar, o ponto seis, é só para apreciação da recomendação. Portanto, se houver mais alguma questão a colocar, os senhores deputados podem-se inscrever. Não há mais nenhuma inscrição, então está feita a apreciação da recomendação, e como ficou até acordado comigo e com o senhor deputado Manuel Lança, eu assumi trazer aqui a própria cópia da ata da sessão ordinária de 28-06-2021 e fazer a leitura dos resultados da votação e os nomes dos elementos que constituem a comissão por parte da Assembleia Municipal, o que já vos foi transmitido”.

### **Ponto 7: Nomeação do representante das freguesias do concelho de Sines na Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, refere que “como os senhores deputados sabem, nós temos duas freguesias, portanto os seus representantes são os presidentes da Junta das freguesias de Sines e de Porto Covo e a sua nomeação para a Associação Nacional de Municípios Portugueses é sempre feita com o acordo entre os dois Presidentes de Junta. Portanto, eu daria a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Sines, ou de Porto Covo, para transmitir qual foi o acordo feito entre os dois Presidentes de Junta, em termos de representação, durante este mandato 2021-2025”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, José Pedro do Nascimento Arsénio, explica que “à semelhança daquilo que tem vindo a ser prática nos mandatos anteriores, aquilo que é a proposta conjunta da Junta de Freguesia de Porto Covo e da Junta de Freguesia de Sines, é que o mandato seja repartido; nos dois primeiros anos que seja um Presidente efetivo e o outro suplente e nos dois últimos anos o papel inverte-se. Portanto, a nossa proposta é que nos dois



130  
Efectivos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

primeiros anos deste mandato fique efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo (2021-2022) e em suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Sines e que nos dois últimos anos, (2023-2024) o Presidente da Junta de Freguesia de Sines fique a efetivo e o de Porto Covo em suplente". -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta **aos senhores deputados** se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Assim, a 1ª. Secretária da Assembleia Municipal de Sines, **Nádia Vilhena**, procedeu à leitura da minuta da ata, a qual foi votada e aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia extraordinária de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um, às vinte e duas horas e cinquenta e oito minutos, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

1ª Secretária

Nádia Andreia Pacheco Vilhena

Nádia Vilhena

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

Artur Licínio de Oliveira Martins